



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL  
COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL  
Divisão de Licitações e Contratos

Carta n.º 71/2022 - NOVACAP/PRES/DA/DECOMP/DILIC

Brasília-DF, 02 de junho de 2022

Aos  
Licitantes

**Ref.: Procedimento Licitatório Eletrônico nº 024/2021 - DECOMP/DA.****Processo nº 00112-00015461/2021-80**

**Objeto:** Contratação de empresas de engenharia para a execução de serviços especializados de recuperação e de manutenção de pavimentos asfálticos e subsistemas em diversas vias do Distrito Federal, devidamente especificado no Projeto Básico e no Edital e seus anexos.

Prezados(as) Senhores(as),

Comunicamos aos interessados no Procedimento Licitatório em referência, que a empresa JM TERRAPLANAGEM E CONSTRUÇÕES LTDA, apresentou Recurso Administrativo, tempestivamente.

Em razão do Recurso ora apresentado, abre-se o prazo de **05 (cinco) dias úteis** para apresentação de eventuais contrarrazões.

Informamos que a documentação encontra-se à disposição dos interessados no portal da NOVACAP ([www.novacap.df.gov.br](http://www.novacap.df.gov.br)) e, ainda, na Divisão de Licitações e Contratos – Dilic/Decomp/DA, localizada no Setor de Áreas Públicas, Lote “B”, Bloco “A”.

Para maiores informações, gentileza entrar em contato pelo telefone (0xx61) 3403-2321 ou 3403-2322.

Atenciosamente,

**Ladércio Brito Santos Filho**

Chefe do DECOMP/DA.

NOVACAP



Documento assinado eletronicamente por **LADÉRCIO BRITO SANTOS FILHO - Matr.0973557-7, Chefe do Departamento de Compras**, em 02/06/2022, às 11:26, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:  
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)  
[acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)  
verificador= **87858002** código CRC= **128563F9**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Setor de Áreas Públicas - Lote B - Bairro Guará - CEP 70075-900 - DF



00112-00015461/2021-80

Doc. SEI/GDF 87858002

ASAL

PROTOCOLO GERAL
NOVACAP
RECEBIDO
EM 01/06/2022
ÀS 17:30 HORAS
ASS. 
MAT. 74.47-7



**ILUSTRÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO  
PERMANENTE DE LICITAÇÃO DA COMPANHIA URBANIZADORA  
DA NOVA CAPITAL DO BRASIL – NOVACAP**

**PROCESSO SEI Nº 00112-00015461/2021-80**

**PROCEDIMENTO LICITATÓRIO ELETRÔNICO Nº 024 / 2021 –  
DECOMP/DA**

02/06/22  
9:40  
LP 7727/8

**JM TERRAPLANAGEM E CONSTRUÇÕES LTDA.,**

sociedade empresária, inscrita no CNPJ nº 24.946.352/0001-00, já devidamente qualificada perante a Administração, vem tempestivamente perante Vossa Senhoria, por intermédio do representante legal que a este subscreve, com fundamento na forma do Inciso II, letra “a”, do art. 120 do Regulamento de Licitações e Contratos da NOVACAP, vem interpor o presente

### **RECURSO ADMINISTRATIVO**

em face da decisão que habilitou indevidamente as empresas: **Consórcio CTQ** – **GW FRESAGEM (LOTES 05 E 10)**, composto pelas empresas CONSTRUTEQ e GW, **Consórcio CTQ – GW FRESAGEM (LOTES 05 E 10)** composto pelas empresas CONSTRUTEQ e GW, **Consórcio WF e LK** composto pelas empresas WF Construções e Incorporações Ltda. e LK Construções e Terraplanagem Eireli ME (LOTES 01 E 08) e **Central Engenharia e Construtora Ltda.** (LOTE 09) o que faz pelas razões que passa a expor.

## 1. DA TEMPESTIVIDADE

Considerando que a aplicação da Lei 8.666/93 ao presente certame, conforme expressamente indicado no edital, bem como o disposto no Art. 191 da Nova Lei de Licitações, os prazos e procedimentos previstos pela Lei 8.666/93 devem ser aplicados ao presente certame, especialmente no que se refere aos prazos processuais.

Desta forma, tendo em vista que nos termos do inciso I, do Art. 109 da Lei 8.666/93, cabe recurso administrativo no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata, que ocorreu em 25/05/2022.

Demonstrada, portanto, a tempestividade do presente recurso.

## 2. DO BREVE RELATO DOS FATOS

A ora RECORRENTE participa do PROCEDIMENTO LICITATÓRIO ELETRÔNICO Nº 024 / 2021 – DECOMP/DA, tipo Menor Preço, que tem por objeto a contratação de empresas de engenharia para a execução de serviços especializados de recuperação e de manutenção de pavimentos asfálticos e subsistemas em diversas vias do Distrito Federal, devidamente especificado no Projeto Básico e no Edital e seus anexos (12 lotes).

Nesse certame, houve a correta habilitação e classificação da RECORRENTE e a habilitação ilegal do Consórcio CTQ – GW FRESAGEM (LOTES 05 E 10) composto pelas empresas CONSTRUTEQ e GW, Consórcio WF e LK composto pelas empresas WF Construções e Incorporações Ltda e LK Construções e Terraplanagem Eireli ME (LOTES



01 E 08) e Central Engenharia e Construtora Ltda (LOTE 09), ora RECORRIDOS, conforme detalha a Análise Técnica.

Ocorrer que os **Consórcio**, não cumpriu as exigências expressas no Edital e, mesmo assim, foram consideradas habilitadas pela Administração, violando os princípios da vinculação ao instrumento convocatório, da isonomia e da legalidade, essenciais à eficácia plena do procedimento licitatório.

Inobstante os argumentos trazidos, será demonstrado, que não há qualquer justificativa técnica ou jurídica para que o consorcio em comento, seja considerado habilitado no certame.

Eis o relato do necessário.

### 3. DO MÉRITO

Abaixo as razões de mérito pelas quais entende a ora RECORRENTE não haver fundamento para a decisão dessa Administração que habilitou os RECORRIDOS indevidamente.

#### 3.1 DA DUPLICIDADE NA COMPROVAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO DA USINA DE CAUQ.

Importante consignar que no item 10. DO JULGAMENTO, DA ABERTURA, DA SESSÃO E DA ADJUDICAÇÃO, subitem 10.1.1 **caso uma mesma empresa licitante apresente proposta com menor preço para mais de 2 (dois) lotes, serão adjudicados os 2 (dois) lotes onde forem alcançados os**



menores preços relativamente aos respectivos lotes, sendo a empresa desclassificada nos demais lotes.

**NÚMERO DE LOTES A SEREM ADJUDICADOS POR LICITANTE**

**JUSTIFICATIVA:** Considerando os apontamentos do Tribunal de Contas que analisou o Processo Administrativo nº. 112.003.018/2016 em que externou entendimento que a limitação de lotes por licitante é possível "para contratação de serviços públicos essenciais", desde que tal regra se mostre fundamental para o atingimento do interesse público, que neste caso é a restauração da malha viária simultaneamente nos 12 lotes ora licitados, garantindo assim a tráfegabilidade e a segurança do sistema viário de todo o Distrito Federal.

Nesse sentido, reporta-se aos fatos históricos registrados por esta empresa:

A Novacap tem evitado vários problemas na execução de seus contratos ao limitar o número de vencedores por lotes. À vista dessa experiência, constata-se que o monopólio de uma empresa detendo todos os lotes licitados é extremamente prejudicial, caso a contratada enfrente problemas de ordem operacional, tornando a execução da totalidade dos serviços seriamente prejudicada.

Alguns exemplos ilustram essa situação como o caso da manutenção de áreas verdes em que a empresa GHF, vencedora do certame, ficou responsável pela execução dos serviços nos 4 lotes definidos no edital. Após várias notificações e análise da situação, ficou comprovado que a GHF havia perdido a capacidade operacional para atender a totalidade dos lotes, conservando tão somente em relação a um lote. Essa situação gerou uma crise na manutenção e conservação de áreas verdes em diversos locais de Brasília, trazendo

transtornos à população.

Outro caso idêntico, que pode ser citado, é a contratação de empresa para execução de limpeza de bocas de lobos. A empresa Quattro venceu os 10 lotes da licitação e não disponibilizou as equipes necessárias em todas as cidades, de forma simultânea o que prejudicou a execução do contrato, sem falar nos atrasos verificados.

Na contratação para execução de calçadas, dividida em 6 lotes, apenas 2 empresas executaram os serviços e o problema se repetiu. Não foram iniciadas frentes de trabalhos em todas as cidades gerando atrasos nos cronogramas de execuções além de diversas reclamações e cobranças da população atingida pelos atrasos." (Processo Administrativo Pregão Presencial 003/2016 - ASCAL/PRES.

Além disso, o TCDF, admite a limitação de lotes para que se evite falha na prestação do serviço conforme:

Tal excepcionalidade é permissível tendo em vista que o princípio da legalidade convive com o cânone do interesse público, de forma que "os princípios que norteiam os atos da Administração Pública, quando em confronto, indicam deva prevalecer aquele que mais se coaduna com o da razoabilidade.

Vale lembrar que o Tribunal já deliberou nesse sentido no âmbito do Processo n.º 2.464/2016-e, destacando-se o seguinte trecho do elucidativo voto do e. Conselheiro Paulo Tadeu:

**"(...)no caso de eventual falha na prestação dos serviços pela única empresa prestadora de serviços para todos os lotes, salvaguarda os princípios do interesse e da continuidade dos serviços públicos. Com a adoção da medida, há diminuição dos riscos da possibilidade da interrupção dos serviços prestados pela jurisdicionada, na sua essencial atividade fim. (...) Não se pode perder de vista que o objeto da licitação em voga pode ser considerado como essencial, porquanto a Caesb depende dos serviços que serão contratados para atender à sua finalidade institucional (...)"**

Neste sentido, o presente procedimento licitatório se encaixa nos mesmos argumentos acima mencionados, sobretudo, quanto a essencialidade dos serviços a serem prestados, haja vista tratar-se de mobilidade urbana, a fim de alcançar de forma célere a restauração da segurança e conforto na trafegabilidade, e assim possibilitar a NOVACAP atender a sua finalidade institucional.

Desta maneira, levando-se em conta:

- que a prestação do serviço objeto deste procedimento requer uma capacidade de usinagem e armazenamento dos materiais derivados de petróleo,
- que as empresa que se sagrarem vencedoras deverão comprovar a capacidade de usinagem ou armazenamento e equipe de trabalho para toda a demanda de modo que o serviço não seja interrompido e
- que os serviços serão demandados concomitantemente em todos os lotes.

a limitação de lotes a serem adjudicados para cada LICITANTE possibilitará não só a agilização na realização dos serviços, devolvendo a trafegabilidade e a segurança do sistema viário do Distrito Federal, mas também a possibilidade de participação de um maior número de empresas a executá-los, diminuindo as restrições à concorrência.

Conforme orientação do TCDF e justificativa:

**"(...)no caso de eventual falha na prestação dos serviços pela única empresa prestadora de serviços para todos os lotes, salvaguarda os princípios do interesse e da continuidade dos serviços públicos. Com a adoção da medida, há diminuição dos riscos da possibilidade da interrupção dos serviços prestados pela jurisdicionada, na sua essencial atividade fim. "**

Ocorre que a licença de usina apresentada pelo consorcio em comento, foi apresentada em 5 (cinco) lotes diferentes ao mesmo tempo, sendo



todas as declarações de fornecimento de massa lavrados pela **Petroenge Engenharia S/A**, fato esse que contradiz com a justificativa lavrada e assinada no PROJETO BÁSICO - OBRA DE URBANIZAÇÃO, anexo desse ato convocatório.

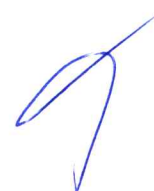
É nítido que a recomendação do TCDF visa resguardar e garantir a execução do objeto, propendendo suavizar o risco e manter a celeridade na prestação dos serviços, restringindo assim 2 (dois) lotes por empresa.

**“à limitação de lotes a serem adjudicados para cada LICITANTE possibilitará não só a agilização na realização dos serviços, devolvendo a trafegabilidade e a segurança do sistema viário do Distrito Federal, mas também a possibilidade de participação de um maior número de empresas a executá-los, diminuindo as restrições à concorrência.”**

No presente caso, o objeto licitado se encontra prejudicado por não seguir as orientações entabuladas no instrumento convocatório e TCDF, visto que qualquer problema que a **PETROENGE venha padecer, sobreviera a paralização mutua de 05 (cinco) contratos simultâneos.**

Ocorre que o escopo licitado é 100% dependente do referido equipamento (usina de asfalto) não havendo prerrogativa técnica para abonar tamanho absurdo, admitindo o risco ao anuir com a habilitação de 05 (cinco) lotes com a mesma fonte de fornecimento de material.

Frisamos! A restrição de 2 (dois) lotes por empresa, não visa equalizar meramente a quantidade de lotes na sua forma numérica, mas validar uma medida protetiva a execução dos serviços, propendendo não ficar submisso a uma única empresa, equipamento, equipe técnica, fornecedores e etc, conforme





justificativa apresentada por essa Administração.

Portanto, se trata de inequívoco descumprimento aos termos do edital devendo culminar com a **INABILITAÇÃO do** Consórcio CTQ – GW FRESAGEM (LOTES 05 E 10) composto pelas empresas CONSTRUTEQ e GW e/ou Consórcio WF e LK composto pelas empresas WF Construções e Incorporações Ltda e LK Construções e Terraplanagem Eireli ME (LOTES 01 E 08) e/ou Central Engenharia e Construtora Ltda (LOTE 09), **até a equalização da licença da usina da PRETOENGE, devendo contemplar no máximo 02 (dois) lotes.**

**As demais deverão ser inabilitadas por não ter atendido a conteúdo ao item 8.1.4 Relativamente à Qualificação Técnica, alínea “c”.**

#### **4. DA VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA ISONOMIA, LEGALIDADE E VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO**

O Edital é a lei que regula o processo licitatório e seus participantes.

A Administração, ao deixar de considerar tais apontamentos e ter habilitado os RECORRIDOS, nada mais faz senão ladear o edital por ela própria criado.

Ao adotar tal postura, viola os artigos 3º e 41 da Lei nº 8.666/1993:

Art. 3º **A licitação** destina-se a garantir a observância do princípio





constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e **será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade**, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

(...)

Art. 41. **A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.**

Como a Lei determina, no momento em que a Administração estabelece as regras que vigorarão para disciplinar os processos seletivos que realiza, ela também se vincula a tais regramentos, não podendo deles se afastar.

Como consequência lógica, caso algum licitante, como é o caso dos RECORRIDOS, deixe de cumprir o regramento posto pela Administração no Edital, não pode a Administração deixar de observar as regras editalícias e a Lei.

É do princípio da vinculação ao instrumento convocatório que se trata. Tal princípio consta na Lei Geral de Licitações e Contratos. Logo, também é do respeito ao princípio da legalidade que se expressa no presente Recurso Administrativo, princípio esse de estatura constitucional, que, mais ainda, não se pode ladear por essa nobre Comissão Licitante:

Art. 37. **A administração pública** direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e **dos Municípios**

obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

Agindo como está, a Administração afasta-se do cumprimento do princípio da **vinculação ao instrumento convocatório** e, ao mesmo tempo, do **princípio da legalidade e da isonomia**, baluartes a serem observados obrigatoriamente pela Administração Pública quando realiza processos seletivos como a licitação ora em curso e ora criticada.

Ora, a Administração ao acatar a habilitação dos RECORRIDOS que não atendem aos itens editalícios, fere claramente a isonomia. Veja-se, está evidenciado a existência de diferenciação entre os candidatos do certame.

É certo que iminente ao princípio da isonomia, todos os candidatos devem receber tratamento igualitário, o que não ocorreu. Veja-se, **deve** a Administração conceder a todos os concorrentes aptos a mesma oportunidade.

Dessa forma, não pode a Administração acatar item que diverge do certame, ora, o princípio da isonomia é um dos pilares de todos o processo licitatório, aberto a todos, dentro os quais devem ser selecionados os que se enquadram nas características necessárias, sendo que o julgamento das propostas deve ser feito baseado nos critérios objetivos delimitados **no ato convocatório**, sem qualquer influência subjetiva ou preferência dos julgadores.

O Tribunal Regional Federal da 1ª Região – TRF 1 tem posicionamento consolidado sobre a questão, fixando considerações de importante valia para o caso em comento:

Conjugando a regra do art. 41 com aquela do art. 4º (Lei 8.666/93), **pode-se afirmar a estrita vinculação da Administração ao edital, seja quanto as regras de fundo quanto àquelas de procedimento.** (...) **O descumprimento a qualquer regra do edital deverá ser reprimido, inclusive através dos instrumentos de controle interno da Administração Pública.** Nem mesmo o vício do edital justifica a pretensão de ignorar a disciplina por ele veiculada. Se a administração reputar viciadas ou inadequadas as regras contidas no edital, **não lhe é facultado pura e simplesmente ignorá-las ou alterá-las (...)** (Justen Filho, Marçal; Comentários à lei de licitações e contratos administrativos; 8ª ed., São Paulo, Dialética, comentários ao art. 41, pgs. 417/420). (BRASIL, Tribunal Regional Federal da 1ª Região. AC 200232000009391).

Por derradeiro, o TCU é incisivo sobre a aplicação do princípio em diversas de suas decisões, como a seguir transcreve-se a seguinte:

REPRESENTAÇÃO. PREGAO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇO. EXIGÊNCIA DE ATESTADOS DE CAPACIDADE TÉCNICA EM PERCENTUAL MÍNIMO DE 50% PARA TODOS OS ITENS LICITADOS. ILEGALIDADE. ACEITAÇÃO DE ATESTADOS DOS VENCEDORES EM DESACORDO COM O PRÓPRIO EDITAL. MALFERIMENTO DOS PRINCÍPIOS DA ISONOMIA E DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO. APLICAÇÃO DE MULTA AOS RESPONSÁVEIS. DETERMINAÇÕES. PEDIDO DE REEXAME.





CONHECIMENTO. NEGATIVA DE PROVIMENTO.  
(ênfase acrescida) (BRASIL. Tribunal de Contas da União.  
Segunda Câmara. Acórdão 4091/2012).

Nesse sentido, uma vez mais, medida que se impõe é INABILITAR o CONSÓRCIO CTQ-GW FRESAGEM, por ter deixado de observar o regramento posto no instrumento convocatório e de respeitar a legislação em vigor, apresentando documentação com nulidades, incompletudes, entre outros impropérios que levam, necessariamente, ao afastamento dos RECORRIDOS.

#### **4 DA OFENSA AO PRINCÍPIO DA IMPESSOALIDADE**

Ao proceder da forma como procedeu, aceitando a documentação dos ora RECORRIDOS a qual estava em desconformidade com as exigências editalícias, a Administração chama para si a atenção de estar privilegiando determinada licitante em detrimento de todas as demais.

Já foi demonstrado documentalmente neste Recurso Administrativo que os RECORRIDOS não apresentaram comprovação da Qualificação Técnico-Operacional – Usina de Asfalto, conforme as regras Editalícias, dadas as inconsistências que apresentaram, ou seja, em pouquíssimo tempo de execução contratual, haverá problemas na contratação.

Adotar postura de forma a privilegiar os licitantes ora RECORRIDOS em face de todas as demais ofende o princípio da impessoalidade.





## **5 DOS PEDIDOS**

Por todo o exposto, requer a Vossa Senhoria se digne a, analisando cada um dos pontos indicados no presente recurso administrativo:

a) **INABILITAR: O Consórcio CTQ – GW FRESAGEM (LOTES 05 E 10) composto pelas empresas CONSTRUTEQ e GW; Consórcio WF e LK composto pelas empresas WF Construções e Incorporações Ltda. e LK Construções e Terraplanagem Eireli ME (LOTES 01 E 08) e Central Engenharia e Construtora Ltda (LOTE 09), por descumprimento das regras editalícias e da legislação em vigor regente do certame;**

OU, se ainda assim não entender

b) **FAZER SUBIR** o presente recurso à autoridade superior, para os mesmos fins.

Termos em que, pede e espera deferimento

Brasília/DF, 01 de junho de 2022.



---

**JM TERRAPLANAGEM E CONSTRUÇÕES LTDA.**

**Representante Legal**





# REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CARTÓRIO DO 5º OFÍCIO DE NOTAS  
DE TAGUATINGA - DF

**Ronaldo Ribeiro de Faria - Tabelião**

QNA 04, LOTES 32/34, (PRAÇA DO DI) - TAGUATINGA - DF - CEP: 72.110-040  
FONE: (61) 3961-8900 / 3351-8787  
Site: [www.cartorio5df.com.br](http://www.cartorio5df.com.br) - e-mail: [atendimento@cartorio5df.com.br](mailto:atendimento@cartorio5df.com.br)

Livro : 3500

FLS : 034

Prot : 859295

## PROCURAÇÃO bastante que faz(em): JM TERRAPLANAGEM E CONSTRUÇÕES LTDA

Aos dezesseis dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e um (16/12/2021), nesta cidade de Taguatinga-DF, Distrito Federal, em Cartório, lavro este instrumento público, em que, comparece(m) como outorgante(s) **JM TERRAPLANAGEM E CONSTRUÇÕES LTDA**, empresa com sede no Polo Industrial JK, Trecho 01, Conjunto 03, Lote 11, Santa Maria-DF, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 24.946.352/0001-00, com seus atos constitutivos devidamente registrados na JCDF sob n.º 53200416905 e alterações posteriores, neste ato, representada por sua sócia administradora **SANDRA PAULA DE AVILA OLIVEIRA**, brasileira, solteira, maior, comerciante, Cédula de Identidade Profissional n.º 010962 DRA DF e CPF n.º 646.222.901-20, com endereço comercial sito no Polo Industrial JK, Trecho 01, Conjunto 03, Lote 11, Santa Maria-DF; reconhecido(a)(s) como o(a)(s) próprio(a)(s) em face dos documentos que me foram exibidos e de cuja capacidade jurídica dou fé. E por ele(a)(s) me foi dito que, por este público instrumento e na melhor forma de direito, nomeava(m) e constituía(m) seu(ua)(s) procurador(a)(es)(as), **CRISTINA NUNES DE QUEIROZ**, brasileira, solteira, analista de licitações, portadora da cédula de Identidade n.º 2.262.043 SSP-DF e com inscrição no CPF n.º 012.190.051-77, residente e domiciliado na QNP 09 conjunto V casa 06, Ceilandia-DF (DADOS FORNECIDOS POR DECLARAÇÃO); com poderes para representar a empresa em licitações públicas em qualquer modalidade, seja Concorrência, RDC, Tomada de Preços, cartas-convites, Pregão, perante a Administração Pública direta, indireta e fundacional, no âmbito Federal, Estadual ou Municipal, incluindo Autarquias, NOVACAP, DERACRE, DER-DF, AGETOP, DNIT, DEPAS, DER-MG, DER-SP, SINFRA-MT, SETRA-PE, SETRAP-AP, DER-BA, SETUR-MT, SETRAN-PA, DER-CE, DEINFRA, INFRAERO, SINFRA-MA, DOCAS-CE, SEDUC-CE, SEDEC-CE, DER-PB, SEMINSC-MT, DERTINS-TO, DEOP-MG, SEDOP, CREA, Administrações Regionais, bem como em qualquer outro órgão e Prefeitura Municipal estabelecida em território nacional e onde mais com esta se apresentar, podendo para tanto, representar a outorgante em sessões públicas de licitação, requerer diligências e demais providências necessárias, impugnar documentos e propostas, defender os interesses da outorgante em qualquer instância administrativa, opinar sobre assuntos tratados em sessão, renunciar a prazos recursais, assinar documentos, inclusive contrato, fazer constar em ata os requerimentos que entender necessários, assinar contratos, propostas, retirar editais, convir com cláusulas e condições, dar lances, habilitar, impetrar, impugnar, arrematar, assinar recursos, impugnar editais, depositar e retirar caução junto aos bancos credenciados; assinar documentação, contratos, aditivos e apostilamentos e SICAF, cadastros, licenças, requerer atestados de capacidade técnica, certidões de acervo técnico, termo de recebimento definitivo e provisório; confere ainda poderes para utilização de gerenciador financeiro do sistema de licitação junto ao Banco do Brasil S/A, a tudo assistindo e assinando, e praticar qualquer outro ato necessário ao bom e fiel cumprimento deste mandato. (LAVRADA SOB MINUTA). **VEDADO O SUBSTABELECIMENTO. O PRESENTE MANDATO TEM VALIDADE ATÉ O DIA 31/12/2022.** Esclareci ao(s) outorgante(s) quanto ao significado deste ato após o que lhe(s) li em voz alta e pausada o presente instrumento que aceitou(aram) e assinou(aram). DISPENSADAS AS TESTEMUNHAS DE ACORDO COM A LEI. DOU FÉ. Eu, ELIENE GOMES LIMA SAMPAIO SILVA, Escrevente Autorizada, a lavrei, conferi, li e encerro o presente ato colhendo as assinaturas. E eu, Tabelião Substituto, dou fé, assino e subscrevo. (aa.) **HALISSON SALES MENDES**, Tabelião Substituto, **SANDRA PAULA DE AVILA OLIVEIRA**, nada mais. Traslada em seguida. E eu, \_\_\_\_\_, subscrevo, dou fé, e assino em público e raso. Guia de recolhimento n.º 00417556, no valor de R\$ 43,00, referente aos emolumentos cartorários. Sinal Público disponível para consulta no site: "<http://www.censec.org.br>" (acesso restrito aos cartórios). Selo Digital n.º TJDF20210100568188KGEE, disponível para consulta no site: "[www.tjdft.jus.br](http://www.tjdft.jus.br)".



EM TESTEMUNHO ( ) DA VERDADE.

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_



CARTÓRIO DO 5º OFÍCIO DE NOTAS DE TAGUATINGA - DF  
QNA-04, Lotes 32/34, Praça do DI - Taguatinga - DF | (61) 3961-8900  
www.cartorio5df.com.br | atendimento@cartorio5df.com.br  
Tabelião: Ronaldo Ribeiro de Faria | Consulte o selo: www.tjdft.jus.br



### AUTENTICAÇÃO

Autentico esta cópia que confere com o documento apresentado.

Selo: TJDF120220100030031EHJK - Func.: RODRIGO

Taguatinga-DF, 26 de Janeiro de 2022

  
ELIENE GOMES LIMA SAMPAIO SILVA  
ESCREVENTE AUTORIZADA





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DISTrito FEDERAL  
SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA  
POLÍCIA CIVIL  
DPT - INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO




SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

2.262.043

28/07/2014

CRISTINA NUNES DE QUEIROZ

JOSÉ ANCHIETA NUNES DE QUEIROZ  
ELIZABETE NUNES DE QUEIROZ  
VALPARAÍSO DE GOIÁS / GO

02/06/1985

C.NASC. Nº. 76840, FOLHA 040, LIVRO A-162, 3ºOF. (07/06/1985)  
TAGUATINGA - DF

012.190.051-77  
7470392F

LEI Nº 7.116 DE 29/09/83

NH 06

Recomenda-se não plastificar


CARTÓRIO DO 5º OFÍCIO DE NOTAS DE TAGUATINGA - DF  
CNA-04, Lotes 32/34, Praça do DI - Taguatinga - DF | (61) 3961-8900  
www.cartorio5df.com.br | atendimento@cartorio5df.com.br  
Tabelião: Ronaldo Ribeiro de Faria | Consulte o selo: www.tjdf.jus.br

**AUTENTICAÇÃO**

Autentico esta cópia que confere com o documento apresentado.

Selo: TJDF/2020-100039674WVFN - Fund.: HUGO Taguatinga-DF, 28 de Janeiro de 2020

ANDRE AUGUSTO NONATO GOMES  
ESCREVENTE AUTORIZADO



Handwritten signature and circular stamp of the Notary Public.